

Pacto de Competências Digitais

Um compromisso nacional para capacitar Portugal

Dezembro 2025



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Sumário Executivo

O **Pacto de Competências Digitais**, enquanto **Ação #17 do Plano de Ação 2026–2027 da Estratégia Digital Nacional**, constitui uma prioridade estratégica do XXV Governo Constitucional, para acelerar a capacitação digital dos cidadãos e das organizações. O domínio das competências digitais é um fator crítico para a mobilidade social, a participação cívica, a produtividade económica e a modernização do Estado, em linha com os objetivos da Década Digital da União Europeia.

Os indicadores recentes mostram progressos, mas também revelam a necessidade de acelerar. Segundo o **DESI 2025**, apenas **56% da população** entre os 16 e os 74 anos possui competências digitais básicas, colocando Portugal na **16.ª posição da UE** e abaixo da meta de **80% até 2030**. Apenas **30%** apresenta competências acima do nível básico, face ao objetivo nacional de **40%**.

No tecido empresarial, **74,3% das PME** tinham em 2024 um nível básico de intensidade digital, sendo necessário atingir **90% até 2030**. Os especialistas em TIC representam **5,2% do emprego**, acima da média europeia, mas abaixo das metas nacional (**7%**) e europeia (**10%**). A proporção de mulheres nas TIC (**23%**) é superior à média da UE, mas distante da meta de **30%**.

A capacitação digital tem impacto económico direto: estudos da ACEPI e da *GoingNext*, com a *Porto Business School*, estimam que a digitalização já contribuiu para **13% do PIB nacional**.

Perante isto, o Pacto afirma-se como um instrumento central de inclusão, valorização do capital humano e reforço da competitividade. Resulta de um processo participado, com a auscultação de mais de **15 empresas e associações** e uma consulta pública com **52 contributos**.

A sua execução assenta numa estratégia integrada de formação em **competências básicas, intermédias, avançadas e emergentes**, através de parcerias público-privadas, assegurando percursos ajustados aos diferentes níveis de maturidade digital, com foco nos trabalhadores e nos grupos mais vulneráveis.

Com este Pacto, o XXV Governo Constitucional reafirma o compromisso de **capacitar Portugal para liderar a transformação digital na Europa**, promovendo uma economia mais produtiva, inclusiva e resiliente.

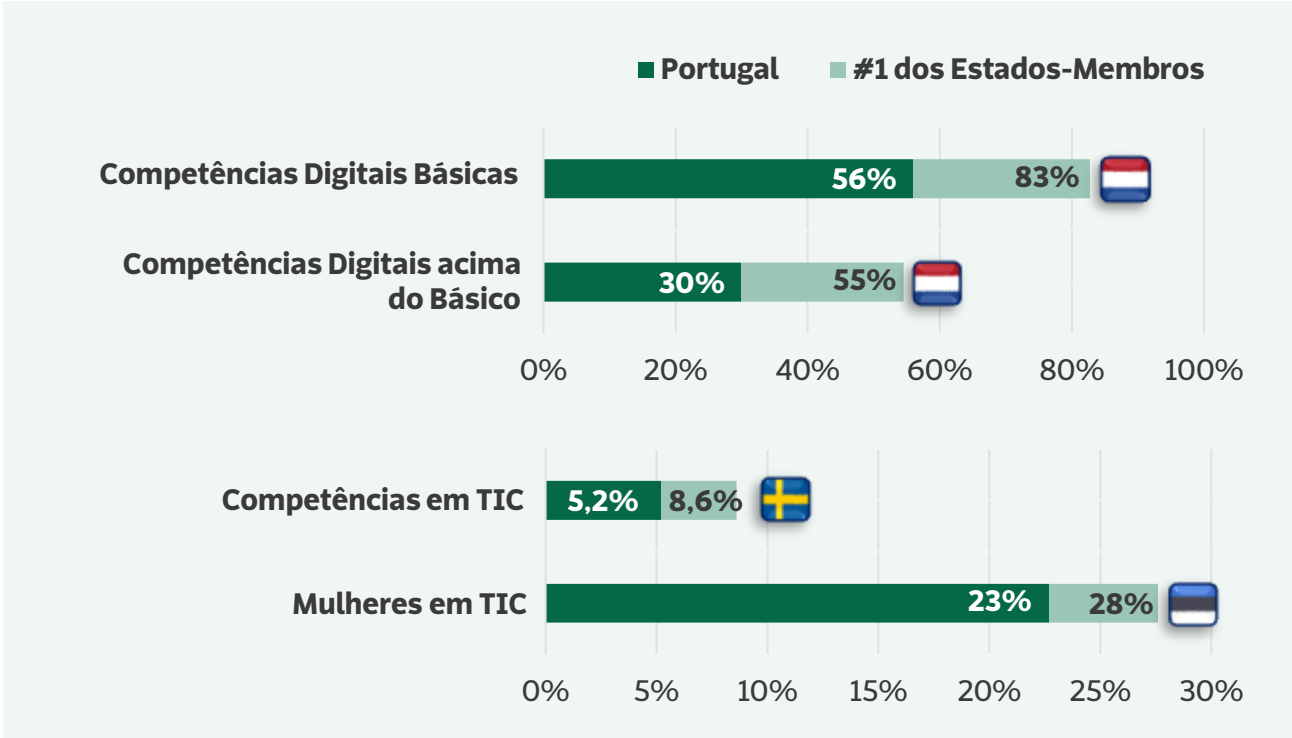
A Necessidade

A promoção transversal das competências digitais, configura-se como um pilar estratégico de inclusão e coesão social, estimulando a valorização do capital humano e a igualdade de oportunidades em todo o território nacional.

Estudos e indicadores recentes evidenciam progressos na capacitação digital nacional, contudo, **identificam a necessidade de acelerar fortemente esta trajetória para cumprir as metas ambiciosas da Década Digital da União Europeia até 2030** e para assegurar uma maior convergência com os países europeus digitalmente mais avançados, que integram o grupo do D9+. Os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a evolução das competências digitais em Portugal também corroboram estas conclusões.

Portugal terá assim de investir de forma decisiva no desenvolvimento de competências digitais, para estar entre os países digitalmente mais avançados, e como fator crítico para a competitividade, produtividade e capacidade de inovação.

Competências Digitais | Situação atual em Portugal



Definição da Estratégia

A literacia digital constitui uma nova condição de cidadania e competitividade para o país, e o Pacto assume-se como uma **estratégia fundamental** de capacitação para todos, com vista a **posicionar Portugal entre os líderes europeus digitalmente mais avançados**. Na elaboração do Pacto, foram seguidos quatro princípios orientadores fundamentais:

Igualdade de acesso

Para todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica, faixa etária ou condição socioeconómica, assegurando que a capacitação digital é um motor de inclusão social e coesão territorial

Aprendizagem ao longo da vida

Reconhecendo a necessidade de atualização contínua das competências face à rápida evolução tecnológica e à transformação digital das economias e sociedades

Ecossistema digital

Garantindo a articulação entre os diversos atores do ecossistema digital, de forma a assegurar que os conteúdos formativos estão alinhados com as necessidades do mercado de trabalho

Sustentabilidade e a inovação

Promovendo a monitorização dos objetivos e garantindo que o investimento contribui para o crescimento económico do país e para a construção de uma sociedade digitalmente preparada

O Pacto considera as seguintes definições de competências:

- **Competências básicas**, centradas no uso seguro de ferramentas e serviços digitais, pesquisa e avaliação crítica de informação, comunicação online, proteção da privacidade e utilização inicial de ferramentas de IA, incluindo em serviços públicos digitais.
- **Competências intermédias e avançadas**, através de programas de *reskilling* e *upskilling* em áreas com maior empregabilidade, incluindo gestão e análise de dados, criação de conteúdos digitais, colaboração em plataformas interativas, segurança digital avançada e automatização de processos com recurso a IA.
- **Competências tecnológicas emergentes**, assegurando formação em domínios como IA, ciência dados, cibersegurança, computação em nuvem e tecnologias de próxima geração.

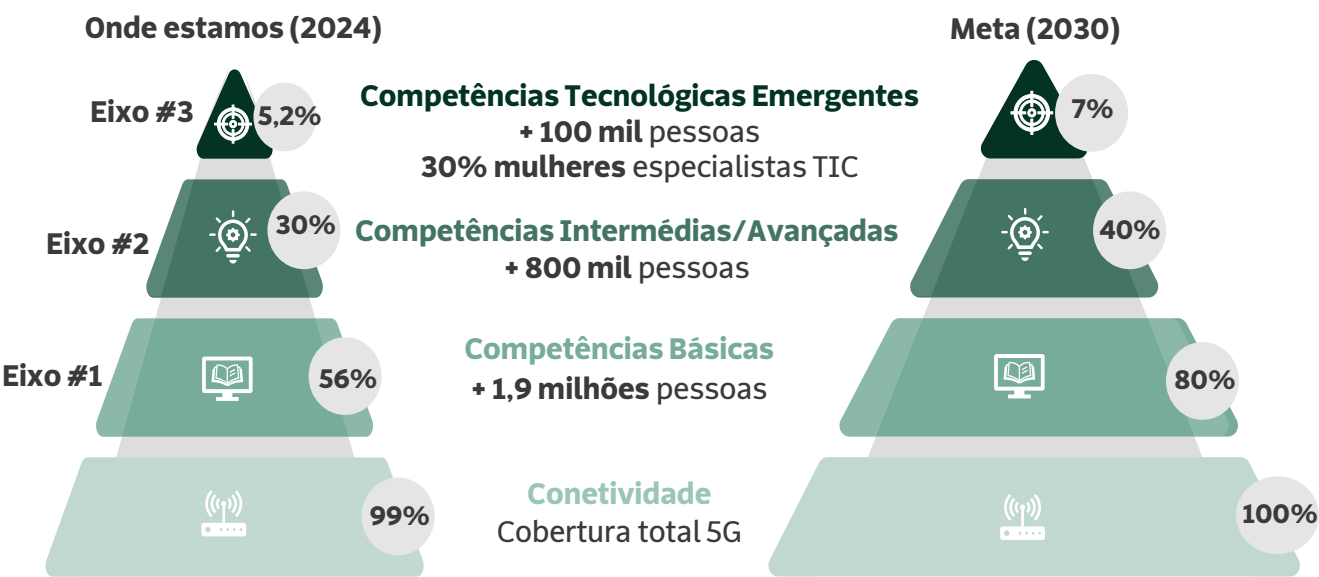
Metas e Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos estão alinhados com as metas definidas no âmbito da **Década Digital 2030**.

Adicionalmente, foi incorporada uma nova área estratégica relativa à **literacia digital intermédia a avançada**, para os cidadãos ativos, reconhecida como crucial para o progresso empresarial nesta matéria. Este indicador abrange as competências digitais acima do básico até às capacidades mais avançadas, fazendo a ponte entre as competências digitais básicas e as especializadas em áreas tecnológicas emergentes.

Estas metas incluem **áreas fundamentais para uma sociedade mais capacitada e inclusiva**, nomeadamente : (i) literacia digital básica da sociedade; (ii) literacia digital intermédia a avançada para a população ativa; (iii) número de especialistas a trabalhar em áreas tecnológicas emergentes; e (iv) número de mulheres especialistas nestes setores emergentes.

Metas e objetivos a alcançar até 2030





Plano de Ação 2026 – 2030

Eixos de Atuação

1. Competências Digitais Básicas

Promover a inclusão e coesão social, **assegurando que nenhum cidadão, região ou grupo social fica excluído** do processo de transição tecnológica e de participação plena na cidadania digital

2. Competências Digitais Intermédias a Avançadas

Fomentar a cooperação entre o setor privado, academia e administração pública, para desenvolver ações de capacitação digital intermédia a avançada, beneficiando a população ativa e as empresas

3. Competências Tecnológicas Emergentes

Promover a **capacitação da força de trabalho nacional em competências tecnológicas emergentes**, nomeadamente, inteligência artificial, ciência de dados, cibersegurança, entre outras

4. Transversal

Definir e implementar **os instrumentos necessários à operacionalização do Pacto** para as diferentes fases do ciclo de formação

O Pacto é operacionalizada através de **17 iniciativas**, sendo **viabilizado através de parcerias** com instituições de ensino superior, empresas, cooperações, associações e entidades públicas, assegurando **relevância, empregabilidade e qualidade dos conteúdos**.

1. Competências Digitais Básicas

Objetivo | **Assegurar que nenhum cidadão, região ou grupo social fica excluído do processo de transição tecnológica e digital**

	Data de Início	Data de Fim
1.1 Programas para capacitar os cidadãos com competências digitais básicas (via Agentes Digitais Comunitários)	1S 2026	2S 2030
Promoção de ações estruturadas de capacitação digital que visem dotar a população com as competências digitais básicas necessárias para uma participação plena, inclusiva e segura na sociedade digital. Para a prossecução desta iniciativa será essencial uma vasta rede de parceiros. A implementação passará pela criação de Agentes Digitais Comunitários, técnicos e/ou voluntários, com funções de multiplicadores de competências digitais. Esta ação inclui a execução do programa certificado de competências digitais do IEFP. Prevê igualmente ações direcionadas a pessoas com deficiência, alinhada com a Estratégia Nacional de Inclusão de Pessoas com Deficiência. As ações como um todo deverão ter como público-alvo, um mínimo de 75% em: i) idades compreendidas entre [45 - 70] anos; ii) zonas rurais e iii) com escolaridade inferior ao Secundário.		
1.2 Unidades móveis com formadores e equipamento digital	2S 2026	2S 2030
Criação de unidades móveis equipadas com formadores e equipamento digital, assegurando o reforço e a proximidade das ações de formação no território nacional.		
1.3 Campanhas multimédia de divulgação dos programas	2S 2026	2S 2028
Campanhas multimédia de divulgação dos programas (TV, rádio, redes sociais, materiais para centros de saúde, escolas, Lojas de Cidadão, entre outras).		
1.4 Dispositivos móveis para a população de maior vulnerabilidade socioeconómica	1S 2026	2S 2029
Avaliação do acesso a dispositivos móveis, para a população em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, assegurando a sua participação em ações de formação para o desenvolvimento de competências digitais básicas.		

2. Competências Digitais Intermédias a Avançadas

Objetivo | **Promover a aprendizagem contínua da população ativa**

		Data de Início	Data de Fim
	Mapeamento das áreas prioritárias de formação digital	1S 2026	2S 2027
2.1	Identificação das áreas prioritárias de formação digital, a partir de processos de auscultação junto de associações e empresas, com vista a garantir uma maior empregabilidade.		
	Capacitação digital intermédia a avançada para a população ativa	2S 2026	2S 2030
2.2	Realização de programas de capacitação digital de nível intermédio e avançado, dirigidos aos cidadãos em idade ativa, incluindo desempregados, para desenvolver competências digitais alinhadas com os desafios do mercado de trabalho e da empregabilidade, nomeadamente nas vertentes de requalificação (<i>reskilling</i>) e atualização de competências (<i>upskilling</i>). Estas ações irão englobar um diagnóstico de competências, planos de formação certificada e eventual acesso a apoios para a frequência dos cursos. A execução das ações será promovida em parceria entre entidades públicas e privadas.		
	Capacitação digital dos trabalhadores da Administração Pública	1S 2026	2S 2030
2.3	Realização de ações de formação de capacitação digital dos trabalhadores da Administração Pública, alavancando iniciativas já existentes, para o desenvolvimento de competências para modernização dos serviços públicos e utilização de ferramentas digitais. Irá incluir o plano acelerado de formação de Inteligência Artificial na Administração Pública.		
	Programas de formação digital direcionados aos trabalhadores das PME	1S 2026	2S 2030
2.4	Implementação de programas de formação dirigidos a diferentes perfis, com foco, nomeadamente em liderança digital, inteligência artificial, análise de dados, cibersegurança e ferramentas digitais para o negócio. Avaliação de eventuais incentivos às PME para promoção da formação dos seus colaboradores.		

3. Competências tecnológicas emergentes

Objetivo | **Promover a capacitação da força de trabalho nacional em competências tecnológicas emergentes**

	Data de Início	Data de Fim
3.1 Ações de sensibilização junto de escolas Realização de ações de sensibilização direcionadas a estudantes do 3.º ciclo do ensino básico e secundário, para promover conhecimento sobre as implicações da Inteligência Artificial (através da revisão das Aprendizagens Essenciais) e uma perceção inclusiva e informada das áreas tecnológicas, desconstruindo estereótipos associados a estas escolhas. As iniciativas procurarão estimular o interesse pelas carreiras tecnológicas.	2S 2026	2S 2030
3.2 Programas de capacitação tecnológica emergente para os cidadãos em idade ativa Execução de programas de capacitação tecnológica emergente, dirigido à população ativa, designadamente para competências como automação, a inteligência artificial e generativa, cibersegurança, ciência de dados, gémeos digitais, computação em nuvem, robótica, sistemas cognitivos, entre outros. A execução das ações será promovida em parceria entre entidades públicas e privadas. Estas ações poderão passar por cursos de especialização de curta duração, tendo por base o conhecimento e experiência dos cidadãos.	2S 2026	2S 2030
3.3 Programas de doutoramento em ambiente não académico Acesso a programas de doutoramento em ambiente não académico, para áreas tecnológicas emergentes, com vista ao reforço da capacidade científica e de inovação nacional.	2S 2026	2S 2029
3.4 Implementação do Programa Nacional das "Raparigas nas STEM" Operacionalização do Programa Nacional das "Raparigas nas STEM", em particular nas medidas cuja entidade envolvida pela ação seja a ARTE.	1S 2026	2S 2030

4. Eixo Transversal

Objetivo | **Implementar os instrumentos necessários à operacionalização do Pacto nas diferentes fases do ciclo de formação**

	Data de Início	Data de Fim
4.1 Ferramenta de diagnóstico de maturidade digital e plano de formação Desenvolver ferramenta de diagnóstico da maturidade digital, para identificação das necessidades de capacitação e definição de planos de formação personalizados, baseados em objetivos de desenvolvimento de competências. Esta ação incluirá mapeamento e atualização das profissões digitais, incluindo as constantes no referencial do IEFP, associando-lhes os conteúdos formativos e as competências técnicas e transversais necessárias à sua especialização e evolução profissional.	1S 2026	2S 2026
4.2 Reorganizar os domínios da oferta pública de formação e centralizar num único agregador Reorganizar os domínios de oferta pública de formação e centralizar o conteúdo de oferta formativa digital (privada e pública) num único agregador, assegurando que a oferta formativa digital está disponível num único local, para uma consulta facilitada.	1S 2026	2S 2027
4.3 Desenvolvimento de microcredenciais Desenvolver e implementar um sistema nacional de microcredenciais que permita reconhecer, validar e certificar competências adquiridas. Esta ação visa promover a flexibilidade e modularidade da formação, apoiar percursos de requalificação profissional e reforçar ligação entre mercado de trabalho e a oferta formativa. Esta iniciativa encontra-se alinhada com as iniciativas a nível europeu.	2S 2026	2S 2030
4.4 Carteira digital de formação Desenvolver uma carteira digital do percurso formativo dos cidadãos, integrada na aplicação gov.pt, que consolide, de forma segura e interoperável, o registo das qualificações, microcredenciais e percursos formativos obtidos ao longo da vida.	1S 2027	2S 2028
4.5 Rede de parcerias Estabelecer rede de parcerias, nomeadamente com empresas, associações setoriais, sociais, associações sem fins lucrativos e academia, com vista à operacionalização do Pacto nos eixos de ação.	1S 2026	2S 2030



REPÚBLICA
PORTUGUESA